

Qualidade de vida, competitividade e disfunções coletivas

Nuno Rebelo dos Santos

Universidade de Évora

Abstract

É apresentado o conceito de qualidade de vida e enquadrado no contexto atual. A competitividade é realçada no seu paradoxo: como fator de desenvolvimento (e contributiva para a qualidade de vida) e como fator de clivagem e disfunção social. É proposto que a ideologia da competição, associada ao desenvolvimento tecnológico galopante seja fraturante e desencadeadora de conflitualidade social que compromete a qualidade de vida. É sugerida uma superação das limitações do conceito de competitividade com o conceito de contributividade, que é mais inclusivo e realizante. Esta abordagem é reforçada pelo contraponto ao conceito de contrato social: o conceito de laço social, na base estruturante de qualquer sociedade. É analisado o papel das interfaces entre saberes, entre especialidades, entre organizações, entre competências nucleares para a construção de soluções integradas e mais realizantes, mais capazes de conjugar a qualidade de vida com o desenvolvimento.

Quero começar por dizer que estou aqui hoje por generosidade dos meus colegas da Comissão Organizadora, que me convidaram para ter a honra de fazer a conferência inaugural neste congresso. Devo dizer que qualquer deles poderia estar aqui também. Sinto-me representante da organização do evento, embora as ideias que apresento sejam da minha exclusiva responsabilidade, não representando necessariamente o ponto de vista dos meus colegas. Eles deram-me, porém, um voto de confiança, acreditando que o que eu possa dizer é, ainda assim, digno de ser ouvido. Por isso as minhas palavras de agradecimento não têm restrições. Agradeço também a honra que o meu colega António Borralho me deu ao aceitar fazer a minha apresentação nesta mesa. Tenho grande apreço e admiração por ele e agradeço-lhe por estar aqui e pelas palavras gentis com que se referiu a mim. Agradeço ainda a presença de todos aqueles que quiseram hoje (e puderam) estar aqui neste evento singular, que pretendemos que seja desafiador de novas ideias e reflexões que possibilitem um diálogo inusitado entre áreas científicas, entre práticas

profissionais e que, em última análise, nos ajudem a construir uma sociedade melhor.

A ideia nuclear deste congresso gira em torno de duas expressões:

- **interfaces**, portanto encontro entre áreas científicas, conhecimentos, saberes, práticas, pessoas, naquilo que têm de pontos de contacto;
- e **qualidade de vida**. Este segundo termo é particularmente inusitado se considerarmos o cenário português, o cenário europeu e o cenário mundial que hoje atravessamos.

Sobre o primeiro termo irei fazer algumas breves considerações, para me debruçar depois um pouco mais sobre o segundo e nomeadamente sobre a relação que o atual contexto, a que chamo hipercompetitivo, tem com a qualidade de vida.

Porque estamos hoje numa época de interfaces e porquê de interfaces da psicologia? A evolução científica e a evolução da tecnologia caminharam depressa no último século. Nas últimas décadas multiplicaram-se as especialidades de conhecimento. A tecnologia evoluiu e a especialização profissional atingiu também níveis antes inexistentes. Somos especialistas de áreas cada vez mais estreitas de conhecimento e somos especialistas de actividades também parcelares. As organizações igualmente se especializaram. Longe vai o tempo em que a mesma organização integrava nos seus quadros trabalhadores de todas as funções de que a empresa necessitava para operar. Nas últimas décadas as organizações subcontrataram as suas actividades periféricas concentrando-se apenas naquelas realmente nucleares. Podemos ver em todas estas ocorrências a manifestação de processos de diferenciação. Naturalmente que a diferenciação precisa de um contraponto: a integração. Nas empresas a integração tornou-se crítica para o desenvolvimento dos negócios. Nas actividades profissionais a integração tornou-se fundamental para que, de todas as contribuições, surgissem soluções para problemas concretos. No conhecimento científico o diálogo entre saberes tornou-se necessário para a compreensão abrangente dos fenómenos. É assim neste vetor que entendo que o presente congresso se enquadra, o vetor da integração: a construção de pontes entre áreas científicas; a construção de pontes entre

áreas profissionais; a construção de pontes entre pessoas; a construção de pontes entre culturas.

Vejamos então o segundo termo: qualidade de vida.

O que significa “qualidade de vida” num contexto de crise?

Tomemos a formulação proposta por Akranavičiūtė & Ruževičius (2007): **a qualidade de vida é o nível de satisfação de um indivíduo com as várias dimensões da sua vida, quando comparadas com a sua vida ideal**. Ela é portanto relativa àquilo que são os padrões comparativos disponíveis para o indivíduo. Ela é variável de umas sociedades para outras e no mesmo indivíduo em termos diacrónicos. Hoje a sua vida ideal é relativa àquilo que idealiza em função do que conhece, e amanhã, noutro contexto, com o conhecimento de novas realidades, esse ideal transforma-se. Assim, as mesmas aparentes condições objectivas provocam diferentes formas de perceber a qualidade de vida. Na profunda crise que atravessamos, a vida que possamos ter pode, provisoria ou definitivamente, transformar-se no ideal desejado, caso as condições se degradem continuamente ou os termos comparativos que nos servem de referência sejam outros, que nos mostrem que afinal temos muito com que nos regozijar.

A vida ideal é moldada, em grande parte, pelo contexto social em que estamos imersos. Por isso proponho: o conceito de qualidade de vida é hoje profundamente marcado por uma matriz de relacionamento social, que nos invade cada vez mais, a que o Grupo de Lisboa (1994) chamou a ideologia da competição. Usarei as expressões „ideologia da competição“ como sinónimo de „hipercompetição“, para descrever o fenómeno que ocorre quando a competição se constitui como um fim em si mesmo. A minha proposição nuclear é que **no contexto de hipercompetição em que vivemos, todos perdem no médio prazo**. Irei argumentar porquê.

- A) O primeiro argumento que quero mencionar é que a competição é restritiva do desenvolvimento humano, mesmo que, provisoriamente, possa provocar movimentos expansivos, isto é, de desenvolvimento. Preciso, para este argumento de socorrer-me de um conceito, o de agenda psicossocial. Chamo agenda psicossocial ao conteúdo que tende a circular nas nossas mentes, a ocupar o

nosso tempo, a absorver a nossa atenção, a nossa concentração, num determinado período. Ele inclui a forma de olhar a realidade, os aspetos que merecem o nosso destaque, aquilo que salientamos como relevante e definidor da realidade. Esse conteúdo é determinado pela „media“, pelas lideranças nos diversos contextos em que ocorrem, e claro, também por cada um de nós. O contexto hipercompetitivo é, em primeiro lugar, a um nível individual, constrangedor do portfólio de agenda psicossocial, diminuindo a variedade social. Ao privilegiar um conjunto fechado de dimensões nas quais os indivíduos, as organizações, as regiões, as cidades, os países, serão comparados para a constituição de rankings de prestígio, reduzimos a diversidade social. Todos passam a trabalhar para responder a essas dimensões, ao invés de procurarem aprofundar aquilo que de único os caracteriza e que dará, potencialmente, ao mundo, uma contribuição singular. Por outras palavras, por muito completos que sejam os instrumentos que nos conduzem aos rankings, eles são sempre restritivos face à riqueza da diversidade humana. Ao condicionarem aquilo a que as pessoas dão atenção, os aspetos em que se comparam, conduzem, a médio prazo, a uma diminuição da diversidade, porque alinham os agentes sociais nos parâmetros que são alvo de comparação, tornando esses parâmetros como aqueles que são mais definidores da própria identidade dos indivíduos e dos demais agentes sociais. A hipercompetição tende a manter-nos presos a padrões de funcionamento actuais, cristalizados, em vez de nos ajudar a estabelecer novos modelos de organização, de negócio e de relacionamento uns com os outros. A hipercompetição realça, ou seja, torna figura, um número restrito de dimensões, fazendo deslocar a atenção das pessoas para esses aspetos, e, principalmente, mobilizando-as para uma aplicação da sua energia no desenvolvimento dessas dimensões e não de outras. De certa forma os competidores tornam-se reféns, todos, dos aspetos tornados alvos de atenção e comparação. Vemos assim como a hipercompetição, ao invés de ser promotora da diversidade humana

parece tornar-se um dos factores que promovem a homogeneização empobrecedora.

B) O segundo aspeto digno de menção refere-se ao desumanismo que decorre de **a hipercompetição excluir aqueles que não são competitivos (e que eventualmente nunca o serão), da possibilidade de serem, ainda assim, contributivos**. Sabemos que uma das dimensões de realização humana é a possibilidade de fazer a sua parte na construção da sociedade, contribuir para a criação de riqueza e para o desenvolvimento. Um sistema que impede um indivíduo de contribuir com o seu esforço para o colectivo, destrói-o na sua mais elementar condição de sujeito digno. Além disso, o sistema no seu todo perde muito em ter indivíduos dependentes das ajudas quando podiam, se o sistema o permitisse, ser contributivos para a criação de valor.

C) O terceiro aspeto foi assinalado pelo Grupo de Lisboa (1994) e traduz-se na **diminuição substancial da democracia representativa**. A ideologia da competição permite a acumulação de um poder extraordinário por parte daqueles que são mais competitivos, mas não foram eleitos. Na medida em que há uma transferência de uma parte razoável do poder para o mundo económico, a própria democracia representativa fica fragilizada, pois quem detém o poder não são os eleitos, mas aqueles que possuem elevado poder económico. De facto, em nome da competitividade os países têm desregulamentado, privatizado e liberalizado as suas economias (Grupo de Lisboa, 1994), criando assim um défice democrático. Os exemplos recentes abundam. Recordarei apenas um que ocorreu em 1999 e que demonstra como a economia de mercado, ao liberalizar, desregulamentar e privatizar, transfere poder do setor político (representantes eleitos) para o setor económico (não eleito). O então ministro das finanças alemão, Oskar Lafontaine, demitiu-se, pressionado por grupos económicos que ameaçavam transferir as suas sedes da Alemanha (ver no *Público* (Edição Lisboa) de Sábado, 13 de Março de 1999, p.13, o comentário de Teresa de Sousa).

- D) O quarto aspeto é que a ideologia da competição aliada ao elevado desenvolvimento tecnológico amplifica muito o poder dos que sabem usar a tecnologia e faz divergir de forma fraturante, a distribuição de poder entre os diversos agentes sociais. Pequenas diferenças de partida transformam-se em grandes diferenças algum tempo depois. A tecnologia é criada sobre bases fundamentais que são herança cultural de toda a Humanidade. Os que sabem dela tirar o melhor proveito tornam-se hipercompetitivos criando uma vez mais uma profunda clivagem social.
- E) O quinto aspeto que pretendo mencionar é o efeito detrimental na motivação da ideologia da competição. Os inúmeros trabalhos de investigação que têm sido desenvolvidos há várias décadas sobre aprendizagem cooperativa mostram o efeito detrimental da competição na motivação. Esse efeito ocorre naqueles que percebem à partida que não terão possibilidades de sair vencedores e por isso só um grupo restrito de agentes se mobiliza mais intensamente no cenário da hipercompetição. Os outros, ao invés de se mobilizarem, acomodam-se desconfortavelmente, passe a contradição, em posições de desinvestimento que os levam a ser muito menos do que aquilo que verdadeiramente poderiam ser. Acabam assim por aceitar tristemente, e provavelmente com revolta, a sua condição de perdedores.
- F) Uma característica também problemática da ideologia da competição é o imperativo da lógica do curto prazo. Se estamos todos na corrida, os que visam o curto prazo chegam primeiro à meta e, não existindo mecanismos de controlo, dispõe de recursos que lhes permitem ter poder para „banir“ os demais da corrida. Esta lógica do curto prazo está plasmada no conceito de organizações com fins lucrativos. As empresas, diz a lei, dizemos nós, têm fins lucrativos. Em alternativa não seria melhor considerarmos que as empresas têm finalidades diretamente relacionadas com a satisfação de necessidades reais da sociedade? A sociedade, ao reconhecer uma empresa como uma organização que se relaciona como uma unidade colectiva com outros agentes, atribui-lhe uma concessão. Permite-lhe que se torne uma comunidade de pessoas

que visam a criação de valor (satisfação de necessidades dos clientes) e através disso ser retribuída satisfazendo assim também as suas próprias necessidades. Esta reciprocidade parece saudável, mas contrária à ideia de que as empresas têm fins lucrativos. É pobre considerá-lo. O lucro é uma obrigação moral e um pressuposto de sobrevivência. É necessário que exista. Dizer que uma comunidade de trabalho tem fins lucrativos, é tão disparatado como dizer que a grande finalidade da minha vida é respirar ou comer. Sim, tem de existir, tem lá estar, mas se me confino a isso, fico muito aquém do meu potencial de ser e de me realizar. Assim entendo que devemos olhar para as empresas. Já hoje algumas conseguem ter essa visão. São lideradas por executivos estadistas, que se preocupam com o serviço que as suas empresas prestam à sociedade e com o legado que deixam, que buscam sentido e que sabem que as dimensões realizantes do trabalho incluem nuclearmente o sentido de plenitude, de transcendência e de ligação aos outros.

G) Um último aspeto que pretendo mencionar é ideia, que a hipercompetição alimenta, que **o valor de um agente (indivíduo, organização, ou país) depende do desvalor do outro**. Os rankings têm essa visão perversa contida. Alimentamos esses rankings pelo menos desde a escola e nós, professores, somos dos mais ativos agentes a consolidar essa visão: damos notas, quantas vezes incomodados se elas se afastam muito da curva normal. Como se a ação humana que visa promover o desenvolvimento (como é o caso da educação) não fosse, deliberadamente, um esforço de contrariar as limitações da natureza. A vocação humana é superar as limitações da natureza ao invés de se confinar a elas. Nos últimos anos temos sido invadidos por rankings a respeito de tudo. Parece que se tornou uma obsessão saber quem é melhor e quem é pior, quem é menos e quem é mais. A agenda psicossocial da hipercompetição é também a agenda que nos programa para um esforço perverso: ser MELHOR que o outro. As dimensões em comparação são disputadas nas instâncias sociais. Mas sejam quais forem as que prevalecem, o efeito é o mesmo: queremos que, se

nós não conseguirmos ser um pouco melhores, pelo menos os outros, nossos concorrentes, também não consigam. Assim preservaremos o nosso valor comparativo.

Se proponho que a hipercompetição nos conduz para uma situação em que todos ficaremos pior (os competitivos e os não competitivos), não deixo de reconhecer que a competição pode alimentar os esforços de desenvolvimento. Ela pode contribuir para a inovação. Mas a tecnologia, porque aumenta desmesuradamente o poder dos que a sabem usar, obriga-nos a um **musculado enquadramento da competição numa moldura cooperativa global**. Com essa moldura inexistente ou rudimentar (como é o caso), corremos sérios riscos de nos tornarmos muito rapidamente a geração de fim de linha.

Mollner (1992) propõe que competição e cooperação sejam duas formas de um mesmo movimento: o movimento de realização mais plena dos propósitos do ser. Enquanto os indivíduos não têm consciência desse propósito, competem de forma a que, ao vencer o melhor, a comunidade seja constituída por aqueles que estão mais adaptados. Quando os indivíduos conseguem ter consciência desse propósito, trabalham conscientemente para ele, ou seja, cooperam. É uma visão provocadora, mas que omite um dos aspetos que mencionámos: a tecnologia coloca nas mãos de indivíduos singulares, ou de pequenos grupos, muito poder. Um poder capaz de destruir estados, comunidades e pessoas. Se a competição era o mecanismo evolutivo necessário a indivíduos pouco conscientes e incapazes de ter uma visão abrangente do mundo e da vida, ela não é mais. No cenário de desenvolvimento económico em que vivemos hoje ela é desadaptativa. Chegou o momento em que devemos superar as limitações da natureza como comunidade humana, deixando cair a obsessão pelos rankings de desempenho, pelos rankings de prestígio, e enfatizando a singularidade contributiva de cada um para a construção de uma realidade melhor. Precisamos **de substituir o discurso da competitividade pelo discurso da contributividade**. Precisamos de superar a agenda da competitividade e adotar a agenda da contributividade.

Os „melhores“ são tão interdependentes como todos os outros. A nossa natureza é de uma interdependência ontológica: a) A nossa génese, a

gênese de cada um de nós, dependeu de outros; b) A nossa manutenção e existência depende de outros, a cada instante; c) A nossa identidade depende de outros; c) O nosso desenvolvimento depende de outros; d) A nossa transcendência depende de outros. Aqueles que se situam nas posições cimeiras dos rankings de prestígio ou realização, só estão lá porque todos os outros também existem. Eles interdependem dos não competitivos.

A nossa geração deve a todas as gerações anteriores aquilo que é. Recebemos um legado. E que legado deixaremos para as próximas gerações? Como diz Held (1990), há dois pilares fundamentais na sociedade, a instituição „contrato social“, onde se explicita o que cada um dá e o que cada um recebe, e a instituição „laço social“, baseado no afeto e na dedicação amorosa. A maternidade e a paternidade são exemplos marcantes desta última. E delas depende fortemente a existência de indivíduos e organizações competitivas. Assim, a solidariedade intergeracional é um dever retributivo face ao que recebemos dos nossos antepassados, imediatos e remotos.

Os seres humanos são, na sua maioria, flexíveis e capazes de, em contexto adequado, manifestar elevado humanismo. É a essas características que precisamos, mais do que nunca, de fazer apelo. Se queremos ter uma vida de qualidade, é imperativo que saibamos ser recíprocos com aqueles que nos trouxeram aqui e que saibamos honrar aqueles que nos irão dar continuidade. Muito obrigado.

Referências:

Akranavičiūtė, Dalia & Ruževičius, Juozas (2007). Quality of life and its components' measurement. *Engineering Economics*, 52(2), 44-49.

Grupo de Lisboa (1994). *Limites à Competição*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Held, V. (1990). Mothering versus contract. In Jane Mansbridge (Ed.), *Beyond Self-interest* (287-304). Chicago: The University of Chicago Press.

Mollner, Terry (1992). Business, the relationship age, and a new kind of nation. In A. Combs (Ed.), *Cooperation: Beyond the age of competition* (pp. 203-237). Amsterdam: Gordon and Breach Science Publishers, S.A.